

NOTÍCIAS

293 | Junho 2023 | Jornal mensal

A partir de 01/01/2019 esta publicação destina-se a envio exclusivo por correio eletrónico



Nos dias 17 e 18 de junho teve lugar no Parc du Cinquantenaire a 9ª edição d'O Melhor de Portugal, iniciativa de promoção de produtos agroalimentares portugueses que a CAP realiza anualmente no centro de Bruxelas, por onde passaram este ano mais de 40 mil visitantes.

Dezenas de produtores nacionais deslocaram-se a Bruxelas para celebrar a qualidade dos produtos agroalimentares portugueses numa festa que promove o melhor de Portugal no coração da capital europeia, evento que reúne boa disposição, comida e animação musical ao longo de um fim-de-semana. "Com mais de 60 expositores do agroalimentar esta edição do Melhor de Portugal foi a maior que a CAP já realizou e para o ano vamos tentar fazer ainda melhor" comentou o presidente da CAP, Álvaro Mendonça e Moura, nesta primeira presença no Parc du Cinquantenaire desde que está à frente dos destinos da Confederação. Enquanto 'Cidade Europeia do Vinho 2023', a Comunidade Intermunicipal do Douro foi a entidade convidada nesta edição, representada por 16 produtores. "O Douro não é apenas vinho do Porto, e aqui estão maioritariamente pequenos produtores que queremos ajudar a entrar no mercado do Benelux, onde existe uma grande comunidade portuguesa", disse o presidente da CIM Douro, Carlos Silva Santiago.

Execução do PEPAC é catastrófica Falta candidatar 68% da área quando faltam 15 dias para o fim da campanha

Mais uma vez, a CAP vem a público denunciar as falhas do sistema de candidaturas ao Pedido Único de Ajudas (PU2023) que fez com que apenas 32% da área de Apoio ao Rendimento Base estivesse efetuada a quinze dias do final da campanha.

Apesar dos múltiplos alertas da Confederação ao longo dos últimos meses, a operacionalização do PEPAC não beneficiou de qualquer correção e os dados do IFAP desta semana (estatísticas por intervenção, de 2 de julho) aí estão a confirmar que as candidaturas ao Apoio ao Rendimento Base (ARB) efetuadas correspondem a 964.890 hectares

Destaque também para o regresso do concelho de Santarém ao Melhor de Portugal representado por diversas empresas e produtores que, pela segunda vez, foram promover os seus produtos regionais. Nuno Russo, vereador com o pelouro do Apoio ao Desenvolvimento Agrícola do concelho confessou a "vontade de dar continuidade ao trabalho que vem sendo desenvolvido no apoio à divulgação e promoção dos produtos locais de qualidade que são produzidos em Santarém, e também em resposta às solicitações das empresas de Santarém de quererem voltar a estar presentes nesta Feira Internacional. Este ano foi ainda melhor que no ano transato, pela maior afluência de visitantes, com maiores e melhores negócios de venda". Santarém já anunciou a sua presença no próximo ano uma vez que será 'Cidade do Vinho 2024', juntamente com Almeirim, Alpiarça e Cartaxo.

Este ano também marcaram presença no Parc du Cinquantenaire alguns dos restaurantes portugueses residentes na capital belga, acrescentando excelência e diversidade às propostas da gastronomia nacional.

A CAP não esqueceu a diáspora portuguesa e cedeu espaço e visibilidade à Câmara de Comércio Belgo-Portuguesa, à delegação da Caixa Geral de Depósitos em Bruxelas, a livraria Petite-Portugaise assim como as ONG's Afectos com Letras e Femmes D'Europe.

A 10ª edição já está marcada para 22 e 23 de Junho de 2024.

de um total de 3.036.795 hectares, ou seja, a 32% da área definida como meta no PEPAC. No final de abril, cerca de dois meses após o início da campanha, a execução era de apenas 6% e no início de junho não ultrapassava os 18%.

Para a CAP, toda a operacionalização do PU2023 foi claramente negligenciada por parte do Governo, evidenciando uma flagrante falta de articulação na estrutura do Ministério da Agricultura e a falta de capacidade para dar resposta às deficiências que foram sendo identificadas e denunciadas por parte dos agricultores.

A responsabilidade pela gravíssima situação que vivemos cabe na íntegra ao Governo. Esta situação catastrófica não pode ser continuar a ser ignorada e as suas consequências vão fazer-se sentir ao longo dos próximos anos.

Apesar do diagnóstico estar concluído, os sinais dados pelo Ministério da Agricultura são paralisantes. Neste sentido, a Confederação dos Agricultores de Portugal exige ao Governo a garantia que no decurso do mês de outubro os pagamentos devidos aos agricultores sejam efetuados sem atrasos.

Índice

- Opinião dos portugueses sobre agricultura – Estudo
- Comissão propõe ajuda de 11 milhões para Portugal
- Autorização excepcional para alimentação animais biológicos
- Intempéries no norte do país
- Symington com selo Sustentabilidade Vitivinícola
- Plano de Eficiência Hídrica do Alentejo
- FNA anuncia data para 2024
- Inquérito: comércio Portugal – Reino Unido
- Vinhos portugueses voltam a Israel
- Irrigação fotovoltaica – 2º workshop
- Jorge Rita preside Conselho de Iha de São Miguel
- Portugal Sou Eu! Marca presença na FNA23

& escrito

"Eu sou o garante da estabilidade. Já expliquei a todos que não aceitarei uma missão que ponha em causa a estabilidade em Portugal. Alguma vez eu poria em causa a estabilidade que tão dificilmente conquistei?"

António Costa
Primeiro-ministro
Público, 26/06/2023

"Nos incêndios extremos há momentos em que não há combate possível."

José Luís Carneiro
Ministro da Administração Interna
Nascer do Sol, 23/06/2023

"Descansado só ficava se chovesse abundantemente."

Duarte Cordeiro
Ministro do Ambiente e Ação Climática
Apresentação Plano Eficiência Hídrica do Alentejo
Évora, 22/06/2023

"A mentalidade de lentidão, de regulamentação, que aguarda e não anda para a frente, faz com que uma coisa que se pode decidir num dia demore dez."

Francisco Pinto Balsemão
Bloco Central, TSF, 23/06/2023

"Fizemos um Pacto e cumprimo-lo, mas falta um ponto essencial, que era a pedra basilar, que são os apoios à produção nacional, o que é muito preocupante."

Gonçalo Lobo Xavier
Diretor-geral da APED
Diário de Notícias, 26/06/2023

SECA SEVERA | Autorização temporária para forragens frescas, secas ou ensiladas não biológicas, na alimentação de animais biológicos



Considerando a declaração de seca severa em 40% do território, a Direção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural (DGADR) informa os produtores sobre a forma de solicitar autorização para uso de forragens frescas, secas ou ensiladas não biológicas, na alimentação de animais biológicos, ao abrigo da alínea 3 do artigo 3º do Regulamento Delegado (UE) 2020/2146 da Comissão.

O Ministério da Agricultura reconheceu a 5 de maio a existência de uma situação de seca severa e extrema que consubstancia um fenómeno climático adverso, com repercussões negativas na atividade agrícola em 40% do território nacional abrangendo os concelhos de:

BEJA: Aljustrel; Almodôvar; Alvito; Barrancos; Beja; Castro Verde; Cuba; Ferreira do Alentejo; Mértola; Moura; Odemira; Ourique; Serpa; Vidigueira

ÉVORA: Alandroal; Arraiolos; Borba; Estremoz; Évora; Montemor-o-Novo; Mora; Mourão; Portel; Redondo; Reguengos de Monsaraz; Vendas Novas; Viana do Alentejo; Vila Viçosa

FARO: Albufeira; Alcoutim; Aljezur; Castro Marim; Faro; Lagoa; Lagos; Loulé; Monchique; Olhão; Portimão; São Brás de Alportel; Silves; Tavira; Vila do Bispo; Vila Real de Santo António

PORTALEGRE: Alter do Chão; Aronches; Avis; Campo Maior; Crato; Elvas; Fronteira; Monforte; Ponte de Sor; Portalegre; Sousel

SANTARÉM: Benavente; Coruche
SETÚBAL: Alcácer do Sal; Alcochete; Grândola; Moita; Montijo; Palmela; Santiago do Cacém; Sesimbra; Setúbal; Sines

Os operadores biológicos destes concelhos podem solicitar autorização para utilização de forragens frescas, secas ou ensiladas não biológicas na alimentação de animais biológicos até **31 de outubro de 2023**. As autorizações concedidas não obrigam à suspensão de comercialização e rotulagem dos produtos obtidos a partir de animais alimentados com forragens frescas, secas ou ensiladas não biológicas, permitindo que os animais não tenham de passar por um novo período de conversão, após terminar o período para o qual é concedida a autorização para a utilização de alimentos convencionais.

COMO SOLICITAR AUTORIZAÇÃO?

O operador ou quem o represente, deve dirigir um requerimento ao Diretor-Geral da DGADR por e-mail (dqpg@dgadr.pt), colocando no assunto do email “**Situação Catastrófica Seca – Nome e NIF operador**”, indicando que solicita

autorização para utilização de forragens frescas, secas ou ensiladas não biológicas, na alimentação de animais biológicos, ao abrigo da alínea 3 do artigo 3º do Regulamento Delegado (UE) 2020/2146 da Comissão, anexando o formulário em EXCEL que se encontra disponível no *web site* da DGADR em “Derrogação das regras de produção” (<https://www.dgadr.gov.pt/agricultura-e-producao-biologica/procedimentos-e-derrogacoes>), preenchido com os dados da exploração e outras informações relevantes para a concessão da autorização solicitada.

No formulário em EXCEL, têm de constar os seguintes elementos:

1. **Data** de envio do pedido de derrogação à DGADR;
2. **Estado do processo:** indicar se é o 1º pedido de derrogação do operador ou um 2º/3º pedido ou um pedido de prorrogação de uma autorização concedida anteriormente;
3. Nome completo do **Operador**;
4. Número de Identificação Fiscal (**NIF**) do Operador;
5. **Localização da exploração:** indicar o nome e morada, concelho e distrito da exploração;
6. **N.º de animais e espécie(s)** pecuária(s) para a(s) qual(is) solicita autorização – caso a última notificação no *web site* da DGADR (<http://mpb.dgadr.pt/>) não esteja atualizada, o operador deverá proceder à atualização da mesma e/ou enviar um comprovativo do número de animais e espécie(s) pecuária(s) para a(s) qual(is) solicita autorização (SNIRA);
7. **Área** para a qual solicita autorização;
8. **Período** para o qual solicita a autorização;
9. **Exposição dos motivos e justificação** do pedido de autorização;
10. **Tipo de alimento** (forragens frescas, secas ou ensiladas) e quantidade (em kg) a utilizar, de acordo com o plano alimentar estabelecido para os respetivos efetivos;
11. Nome do **Organismo de Controlo**;
12. **Outras informações** que considere relevantes para a análise da situação.

A DGADR analisa o pedido, para comprovação da situação a autorizar após receção de todos os documentos. O Operador e o respetivo Organismo de Controlo são informados da decisão que recai sobre o pedido. A DGADR toma pública através de disponibilização no seu *web site* das autorizações concedidas, informa os serviços competentes da Comissão e restantes Estados Membros, em conformidade com o artigo 4º do Regulamento Delegado (UE) 2020/2146 da Comissão.

contra fenómenos climáticos intensos e imprevisíveis.

Com efeito, fenómenos adversos e extremos como os verificados na região de Trás-os-Montes e Alto Douro, que apesar de serem cada vez mais frequentes, permanecem imprevisíveis, exigem que as coberturas contempladas pelo Sistema de Seguros Agrícolas (SSA) sejam revistas, desde logo garantindo verbas que possibilitem a reposição do capital produtivo. Nesse sentido, o Governo deve efetuar uma avaliação técnica e económica profunda do SSA, por forma a que o prémio que lhes está associado seja financeiramente comportável por parte dos agricultores.

SETOR AGRÍCOLA É SINÓNIMO DE PROGRESSO afirmam 64% dos portugueses inquiridos pela Universidade Católica



O Centro de Estudos e Sondagens de Opinião da Universidade Católica, a pedido da CAP, realizou uma sondagem para avaliar as perceções dos portugueses sobre o setor agrícola, em temas fundamentais como a sustentabilidade e a soberania alimentar, mas também sobre a gestão política do setor. O estudo foi apresentado na sessão de abertura da Feira Nacional de Agricultura, que contou com a presença do Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa.

Quase dois terços dos portugueses (64%) consideram que o setor agrícola é sinónimo de progresso, graças à evolução científica e tecnológica, à ação dos próprios agricultores e à iniciativa da União Europeia e da Política Agrícola Comum – apontados como os principais agentes responsáveis pelos avanços na Agricultura. Afirmam que a atividade agrícola nacional é segura e sustentável e que deve haver mais investimento para a captação de água para a agricultura e para a expansão do regadio a todo o país.

Para os que não veem progresso nesta atividade, tal ausência é, sobretudo, da responsabilidade do Ministério da Agricultura e do Governo (51%). Adicionalmente, 67% dos portugueses avaliam negativamente – como “mau” e “muito mau” – o trabalho que tem sido desenvolvido pelo atual Executivo no que diz respeito à Agricultura, à alimentação e aos preços dos alimentos, apontando para a necessidade de reforço das áreas tuteladas pelo Ministério da Agricultura – incluindo o regresso à sua alçada da pasta das Florestas e maior capacidade de gestão em dossiês fundamentais, como a gestão da água.

As respostas ao inquérito revelam que 89% considera como justas as reivindicações do setor nos últimos meses, mas apenas 11% dos inquiridos referiram que os apelos dos agricultores foram atendidos.

Estudo disponível no site NotíciasCAP (Publicado a 9 de junho) ou através do link:

<https://www.cap.pt/storage/app/media/2023/Estudo%20CESOP%20para%20a%20CAP%20opini%C3%A3o%20dos%20portugueses%20sobre%20o%20estado%20da%20Agricultura.pdf>

INTEMPÉRIES NO NORTE DO PAÍS CAP insiste na revisão dos seguros agrícolas

A CAP manifesta a sua total solidariedade para com os agricultores da região de Trás-os-Montes e Alto Douro, em particular para os que têm as suas produções situadas nos municípios de Alijó, Carraceda de Ansiães, Méda, Murça, Sabrosa, Vila Flor e Vila Nova de Foz Côa, afetados por mais de uma queda intensa de chuva e granizo.

De acordo com dados recolhidos pela CAP

junto das organizações suas associadas naquela região, a violência da queda de chuva e de granizo afetou cerca de 6000 hectares de vinha, 1000 de olival e 650 de maçã e pêssego nestes 7 concelhos.

A destruição compromete, não só, a produção da presente colheita com os prejuízos imediatos decorrentes da perda de rendimentos, mas também a capacidade produtiva futura, causando danos extensos em infraestruturas como socacos, muros de suportes, estradas e caminhos, alguns dos quais se encontram ainda intransitáveis.

Mais uma vez, a CAP reitera a necessidade de revisão do sistema de seguros para contemplar e garantir cobertura do capital produtivo

Feira Nacional de Agricultura anuncia data para 2024



No último dia da FNA23, a organização encerrou o evento com um balanço muito positivo, onde destacou o protagonismo dado ao Ovo que se revelou um sucesso para expoitores e visitantes, e anunciou a realização da FNA24 para 8 a 16 de junho.

Terminou a 11 de junho a 59ª Feira Nacional de Agricultura que acolheu cerca de 200 mil visitantes, vindos de todos os pontos do país para participar do maior certame agrícola nacional.

A organização destacou o sucesso da intervenção artística “Eggcident”, do holandês Henk Hofstra, que aborda as alterações climáticas como um problema transversal a todos os setores da sociedade, mas também do envolvimento da Associação Nacional de Avicultores Produtores de Ovos (ANAPO) que dinamizou

a fileira com atividades relacionadas com o sector como ações de *showcooking*, palestras e apresentações de produtos inovadores destinados ao consumidor.

A FNA23 voltou a ser referência na agenda da política nacional, desde logo com a honra de ter sido inaugurada pelo Presidente da República que ‘abriu as portas’ do recinto no dia 3 de junho e o visitou atentamente até ao final da tarde.

Por Santarém passaram ainda líderes partidários como Luis Montenegro, presidente do PSD, André Ventura, presidente do Chega, Rui Rocha, presidente da Iniciativa Liberal, Paulo Raimundo, Secretário-Geral do PCP e Nuno Melo, presidente do CDS-PP. Também António Ventura, Secretário Regional de Agricultura e Desenvolvimento Rural dos Açores, os membros da Comissão de Agricultura e Pescas da

Assembleia da República, Armando Monteiro, presidente da CIP, e Francisco Calheiros, presidente da Confederação do Turismo de Portugal, foram outras personalidades presentes em Santarém.

No âmbito do Ciclo de Conferências “Conversas de Agricultura”, foram realizadas recebeu 32 ações, entre Seminários e Encontros Empresariais, destacando-se a Conferência Global de Avicultura (7 junho), Aplicação do PEPAC em 2023 (7 junho) ou a 10ª Conferência de Jovens Agricultores (5 junho) durante a qual foi lançado o 10º Concurso de Jovens Agricultores.

Realce ainda para a apresentação do estudo de opinião dos portugueses sobre a agricultura nacional realizado pela Universidade Católica a pedido da CAP.

Plano de Eficiência Hídrica do Alentejo

O Conselho de Ministros de 22 de junho aprovou o Plano Regional de Eficiência Hídrica do Alentejo, um documento que prevê 41 medidas para o setor agrícola, das 70 totais, para concretizar até 2030 num investimento total de “quase 1.000 milhões de euros”. O Plano diz respeito “às regiões hidrográficas do Sado e Mira e do Guadiana”, zona do Alentejo onde se estima uma redução de precipitação “em cerca de 25%” nos próximos anos, afirmou o ministro do Ambiente e da Ação Climática em conferência de imprensa.

O Plano é resultado de trabalho dos Ministérios do Ambiente e da

Agricultura, consagra “cerca de 70 medidas” a implementar a curto e médio prazo para “reforçar a resiliência do território, mas também conseguir identificar formas de poder responder ao desafio das alterações climáticas. Estamos a falar de um investimento global, de todas as medidas, de quase 1.000 milhões de euros”, informou o governante, precisando que o valor é de 993 milhões de euros, em que 79% se destina ao setor agrícola, 18% ao setor urbano e 3% aos restantes. Com este plano, o Governo estima “reduzir os consumos de água no setor urbano e turístico em cerca de 10%, correspondente a cerca de 17 hectómetros cúbicos, e, nos aproveitamentos hidroagrícolas coletivos, na casa dos 12%, cerca de 29 hectómetros cúbicos”.

Entre as medidas previstas, o ministro destacou a ligação de Alqueva ao Monte da Rocha, projeto que está

numa fase de seleção do vencedor para adjudicação da obra e, na barragem de Santa Clara, as medidas para “recuperar a prazo a captação da água a 116% que é considerada a normal”, através de dois projetos de grande dimensão, um para diminuição de perdas na área da agricultura, num investimento de 30 milhões de euros, e outro de abastecimento público, no valor de 36 milhões de euros.

Ainda que o Plano termine em 2023, a maior parte da concretização das medidas, 41 delas para o sector agrícola, está prevista até 2027.

A versão provisória do Plano Regional de Eficiência Hídrica do Alentejo pode ser consultada em: Plano Regional de Eficiência Hídrica do Alentejo ([Regiões Hidrográficas do Sado e Mira e Guadiana](#)) ([participa.pt](#))

Comissão Europeia propõe 11 milhões para Portugal

A mobilização de um novo pacote de apoio de 330 milhões de euros para 22 Estados-membros (com base numa reserva de crise) é a mais recente proposta da Comissão Europeia para os agricultores afetados por fenómenos climáticos adversos, custos elevados dos fatores de produção e diversas questões relacionadas com o mercado e o comércio.

Este financiamento adicional de 330 milhões de euros do orçamento da PAC é dirigido aos agricultores de 22 EM: Alemanha, Áustria, Bélgica, Chéquia, Croácia, Chipre, Dinamarca, Eslovénia, Estónia,

Espanha, França, Finlândia, Grécia, Irlanda, Itália, Letónia, Lituânia, Luxemburgo, Malta, Países Baixos, Portugal e Suécia. Por se tratar de uma reserva de crise, a medida será votada pelos países na próxima reunião do comité para a organização comum dos mercados agrícolas. A Portugal caberá a verba de 11,6 milhões de euros.

Como explica a Comissão, caberá às autoridades nacionais distribuir estas verbas “diretamente aos agricultores para os compensar pelas perdas económicas devidas às perturbações do mercado, às consequências dos elevados preços dos fatores de produção e da rápida descida dos preços dos produtos agrícolas e, se for caso disso, pelos prejuízos causados pelos recentes fenómenos climáticos, particularmente graves na Península Ibérica”. Além disso, “os países podem complementar este apoio da UE até 200% com fundos nacionais”, adianta.

SUSTENTABILIDADE VITIVÍCOLA Symington é a primeira empresa certificada

A ViniPortugal anunciou a primeira empresa certificada pelo Referencial Nacional de Certificação de Sustentabilidade do Sector Vitivinícola, de que é entidade gestora.

Trata-se da Symington Family Estates, um dos maiores produtores de vinho em Portugal, principal proprietário de vinhas no Vale do Douro e um dos mais importantes produtores de vinho português. Esta certificação vai permitir à empresa utilizar o respetivo selo na sua comunicação e em todos os seus produtos, nomeadamente na rotulagem dos mesmos.

Para obter esta certificação, a Symington Family Estates foi avaliada ao abrigo do Referencial Nacional de Certificação de Sustentabilidade relativamente à dimensão da totalidade da sua

atividade em território nacional. Esta certificação é um processo transparente e independente que se baseia em auditorias realizadas por organismos de certificação acreditados. O objetivo desta certificação é a gestão sustentável do operador, obtendo este o direito de usar o selo nos produtos por si produzidos.

Enquanto Entidade Gestora do Referencial, a ViniPortugal tem como missão a coordenação geral da Certificação Nacional de Sustentabilidade dos operadores económicos e a gestão das permissões das entidades certificadoras, bem como a comunicação e divulgação do Referencial Nacional. Cabe à Entidade Gestora reconhecer as empresas de certificação qualificadas para este Referencial.



Vinhos portugueses voltam a Israel



Seis meses depois, a CAP regressou a Telavive para uma nova ação de promoção de vinhos, prova da consolidação da oferta vinícola nacional num mercado onde já se concretizaram parcerias comerciais com vários produtores lusos.

A cidade de Telavive, centro financeiro e comercial de Israel, distingue-se também pelos diversos *Wine Bars* e restaurantes sofisticados que oferecem uma ampla seleção de vinhos internacionais, indicadores considerados pela CAP na decisão de organizar a ação nesta cidade em detrimento de Jerusalém, a capital.

Num programa que incluiu um jantar vínico, uma prova de vinhos e quatro *speed tastings* estiveram à prova vinhos de 13 produtores nacionais:

Adega Cooperativa da Vermelha; Adega Cooperativa de Ponte de Lima; Adega Cooperativa do Cartaxo; Casa Relvas; Casa Santos

Lima – Companhia das Vinhas; Caves Campelo; Herdade do Rocim; João Portugal Ramos; Manuel Costa e Filhos; Paço do Conde; Ravasqueira Vinhos; Ségur Estates - Vineyards and Wine Investments; e Viniverde – Promoção e Comércio de Vinhos Verdes.

No âmbito destas ações internacionais, a CAP prevê regressar à Ásia no último trimestre deste ano para uma nova ronda de iniciativas de promoção dos vinhos portugueses, que arranca em outubro, na Sérvia. Semanas depois, será a vez de um périplo pela Índia, Vietname e Taiwan.

2º WORKSHOP: Sistemas de Irrigação Fotovoltaicos de Alta Potência



A energia solar fotovoltaica constitui uma oportunidade para a redução da pegada de carbono e dos custos energéticos na agricultura. Tendo em conta o enorme potencial de geração solar nas explorações agrícolas, a CAP promoveu, no dia 28 de junho, o 1º Workshop sobre os “Sistemas de Irrigação

Fotovoltaicos de Alta Potência”.

Dado o interesse que este tema suscita, nomeadamente em questões do tipo: Como financiar? Como montar e operar? Como evitar riscos? a CAP avança para uma 2ª edição deste Workshop no âmbito do ciclo “Mais Sol, Mais Energia!” da Cátedra de Energias Renováveis da Universidade de Évora, que tem trabalho desenvolvido nas diferentes aplicações de Energia Solar.

O 2º Workshop “Sistemas de Irrigação Fotovoltaicos de Alta Potência” terá lugar na sede da CAP em Lisboa, a 13 de julho (5ª feira), em formato presencial entre as 10 e as 16 horas.

A participação no Workshop confere a emissão do respetivo Certificado pela Cátedra de Energias Renováveis da Universidade de Évora.

INSCRIÇÕES até 6 de julho (obrigatórias e limitadas à capacidade da sala):

<https://forms.gle/vxe0YroQLU3N2jyk7>

Inquérito sobre o comércio entre Portugal e Reino Unido

Decorre até 31 de julho o inquérito “Trading between Portugal and the UK - 2nd Edition” promovido pela Embaixada Britânica para avaliar as relações comerciais entre Portugal e o Reino Unido.

A iniciativa britânica, que se realiza pela segunda vez, pretende recolher informações valiosas e opiniões de empresas e entidades envolvidas em atividades comerciais entre o Reino Unido e Portugal. Compreender as dinâmicas comerciais entre os nossos países e melhorar as relações comerciais bilaterais são os objetivos deste trabalho que

decorre online até 31 de julho.

A Embaixada Britânica agradece todas as participações e garante o tratamento confidencial, e apenas para este fim, de todas respostas.

Para o esclarecimento de quaisquer dúvidas, é favor contactar a equipa responsável através do seguinte endereço de email: UKtradingwithPortugal@fco.gov.uk

Para responder ao inquérito use o link:

[YW9Q9lCeVhHpOUMdZJLrS6vbWJ_z0BUOFlOOENZMFgzMIBPREdIQ0gzMjczOVJIU4u&web=1&wdLOR=c2BFE1C52-41B1-4DA0-AD9C-9C4DE9016B5B](https://forms.gle/YW9Q9lCeVhHpOUMdZJLrS6vbWJ_z0BUOFlOOENZMFgzMIBPREdIQ0gzMjczOVJIU4u&web=1&wdLOR=c2BFE1C52-41B1-4DA0-AD9C-9C4DE9016B5B)

Jorge Rita eleito presidente do Conselho de Ilha de São Miguel



O presidente da Federação Agrícola dos Açores, e vice-presidente da CAP, Jorge Rita, foi eleito presidente do Conselho de Ilha de São Miguel, órgão consultivo do Governo Regional dos Açores.

O Conselho é composto pelos presidentes das câmaras e assembleias municipais da ilha, por quatro membros eleitos por cada assembleia municipal, por três presidentes de junta de freguesia e um representante do Governo Regional (sem direito a voto). Têm ainda assento dois representantes do setor empresarial, dos movimentos sindicais e das associações agrícolas.

Estão também representadas as Instituições Particulares de Solidariedade Social, as associações ambientais não governamentais e as associações de defesa da igualdade de género nas ilhas em que estas tenham sede.

Jorge Rita, que integra o Conselho na qualidade de presidente da Associação Agrícola de São Miguel, vai substituir Rui Coutinho. Foram também eleitos João Medeiros (Câmara do Comércio e Indústria de Ponta Delgada) para vice-presidente, e Afonso Quental (UGT) e Maria de Lurdes Batista (Federação das Pescas dos Açores) para secretários do organismo.



Portugal Sou Eu presente na FNA23

O Portugal Sou Eu esteve mais uma vez presente na 59.ª edição da Feira Nacional de Agricultura - Feira do Ribatejo (FNA), no Centro Nacional de Exposições, em Santarém, na companhia de 29 empresas aderentes ao programa do setor alimentar e bebidas e de unidades produtivas artesanais.

NAVE A (AGROALIMENTAR)

Abelhas e Companhia
Abafado BemCasado
Monte das Bagas de Ouro by Adega do Montado
CAMB - Centro de Arte Manuel de Brito
Casa Cadaval
Casa Paciência
Quinta D'alva & Quinta de Ventozelo
Docereal
Egocultum
Flipart Artes Gráficas & Publicidade
Frutas Lopes
Ginja Mariquinhas
Gotik Gin
Gwiker
Licor 35 - Creme de Pastel de Nata

Mercadona
MestreSalsa
Monte da Colónia
Mouchão do Inglês
Purogosto Fumeiro De Excelência
Quinta do Carvalho Lda
Quinta do Juncal - Alojamento e Eventos
TIA DULCE DOCES E LICORES ARTESANAIS
Tomar Natural
Vercoope
VGT Portugal
ZIDRA ROMÁ

NAVE C (ARTESANATO)

Donanna - Doces e Licores Artesanais
Licomda LC

